IMPORTÂNCIA DA INSPEÇÃO DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL NA PERSPECTIVA DA SAÚDE ÚNICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DURANTE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA AGÊNCIA DE DEFESA E FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, RECIFE – PERNAMBUCO

Leonardo Borges de Lima[1]
Maria Betânia de Queiroz Rolim[1]
Marcelo dos Santos Souza[2]
Virginia Alves de Souza[3]

[1]Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil
[2]Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, Pernambuco, Brasil
[3]Centro Universitário Maurício de Nassau, Recife, Pernambuco, Brasil

DOI: 10.37085/bookAS.13.chap9

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo relatar as atividades desenvolvidas durante o estágio supervisionado obrigatório realizado na Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado de Pernambuco (ADAGRO), com ênfase na inspeção de produtos de origem animal e na elaboração de folder educativo sobre Saúde Única. O estágio ocorreu entre maio e agosto de 2023, na Região Metropolitana do Recife, por meio do acompanhamento de fiscalizações sanitárias e industriais em estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Estadual. As atividades envolveram a análise das condições higiênico-sanitárias dos estabelecimentos, avaliação documental dos Programas de Autocontrole (PACs) e acompanhamento da atuação

dos fiscais agropecuários estaduais. Também foi elaborado material educativo voltado à conscientização da população sobre os riscos associados ao consumo de produtos clandestinos de origem animal e a importância da inspeção sanitária na promoção da Saúde Única. Durante as visitas técnicas foram identificadas inconformidades relacionadas à iluminação, manejo de resíduos e controle integrado de pragas, evidenciando dificuldades na implementação das normas sanitárias vigentes. O folder educativo foi desenvolvido com linguagem acessível e caráter informativo, visando fortalecer ações de educação sanitária junto à população. A experiência permitiu compreender a relevância do médico veterinário na promoção da saúde pública, segurança alimentar, prevenção de zoonoses e preservação ambiental, reforçando a importância da inspeção de produtos de origem animal como estratégia fundamental para a Saúde Única.

Palavras-chave: Segurança do alimento, Zoonoses, Fiscalização

INTRODUÇÃO

A inspeção e fiscalização de produtos de origem animal constituem atividades essenciais para a promoção da Saúde Pública, segurança alimentar e prevenção de zoonoses. No Brasil, essas atribuições são desempenhadas pelo médico veterinário, profissional responsável pela avaliação das condições sanitárias dos estabelecimentos produtores, processadores e comercializadores de alimentos de origem animal[1].

Nesse contexto, a inspeção sanitária representa importante ferramenta de controle higiênico-sanitário, assegurando a inocuidade dos alimentos e minimizando riscos biológicos, químicos e físicos aos consumidores[2]. Além disso, a atuação fiscalizatória está diretamente relacionada ao conceito de saúde única, que integra saúde humana, animal e ambiental como componentes indissociáveis[3].

O estágio supervisionado obrigatório realizado na Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado de Pernambuco proporcionou experiência prática no acompanhamento de fiscaliza-

ções em estabelecimentos de produtos de origem animal na Região Metropolitana do Recife, Pernambuco. As atividades envolveram a análise dos Programas de Autocontrole, avaliação das condições higiênico-sanitárias e participação em ações de educação sanitária.

Dessa forma, o presente trabalho teve como objetivo relatar a experiência vivenciada durante o estágio supervisionado obrigatório na ADAGRO, destacando a importância da inspeção de produtos de origem animal na perspectiva da saúde única, bem como descrever a elaboração de folder educativo voltado à conscientização da população sobre o consumo seguro de alimentos de origem animal.

MÉTODOS

Trata-se de um relato de experiência desenvolvido a partir das atividades realizadas durante o estágio supervisionado obrigatório do curso de Medicina Veterinária da Universidade Federal Rural de Pernambuco, realizado entre os meses de maio e agosto de 2023, na Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado de Pernambuco, localizada em Recife – Pernambuco.

As atividades ocorreram mediante acompanhamento de fiscalizações sanitárias e industriais em estabelecimentos de produtos de origem animal registrados no Serviço de Inspeção Estadual. Foram visitados entrepostos de carne em supermercados, unidades de beneficiamento de leite e derivados, pescado e produtos de pescado, ovos e derivados, além de unidades de beneficiamento de mel.

Durante as visitas técnicas foram analisadas as condições higiênico-sanitárias dos estabelecimentos, documentação legal e conformidade dos Programas de Autocontrole (PACs), considerando a legislação vigente, especialmente a Portaria nº 368/1997 do Ministério da Agricultura e Pecuária[1]. Também foram observados aspectos relacionados à higiene dos manipuladores, controle integrado de pragas, abastecimento de água, manejo de resíduos, ventilação, iluminação, rastreabilidade e controle de temperaturas.

Além das atividades de fiscalização, realizou-se a elaboração de um folder educativo sobre a importância da inspeção dos produtos de origem animal na saúde única. O material foi desenvolvido mediante reuniões com fiscais agropecuários estaduais e revisão bibliográfica de artigos científicos, legislações e documentos técnicos publicados nos últimos anos sobre inspeção sanitária, saúde pública e educação sanitária.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Durante o período de estágio supervisionado foram acompanhadas fiscalizações em diferentes estabelecimentos de produtos de origem animal da Região Metropolitana do Recife. As visitas permitiram observar a rotina de atuação dos fiscais agropecuários estaduais e compreender a importância da inspeção sanitária para garantia da segurança alimentar.

Entre os estabelecimentos fiscalizados destacaram-se unidades de beneficiamento de carne e derivados, pescado, ovos, mel e entrepostos de supermercados. Durante as inspeções foram avaliadas as condições estruturais, higiene das instalações, funcionamento dos Programas de Autocontrole e adequação às normas sanitárias vigentes.

Foram identificadas inconformidades relacionadas principalmente ao controle integrado de pragas, manejo inadequado de resíduos, falhas na iluminação e dificuldades na implantação dos Programas de Autocontrole.

Observou-se que alguns estabelecimentos apresentavam limitações estruturais e operacionais que comprometiam parcialmente o atendimento às exigências sanitárias estabelecidas pela legislação brasileira.

Além das atividades de fiscalização, foi elaborado um folder educativo voltado à conscientização da população sobre a importância da inspeção dos produtos de origem animal na saúde única. O material apresentou linguagem acessível, caráter informativo e imagens ilustrativas, abordando temas como identificação do

selo de inspeção, riscos do consumo de alimentos clandestinos, prevenção de zoonoses e papel do médico veterinário na Saúde Pública.

A construção do folder permitiu integrar conhecimentos técnicos e ações de educação sanitária, reforçando a importância da comunicação em saúde como instrumento de prevenção de doenças e promoção da qualidade de vida.

DISCUSSÃO

A experiência desenvolvida durante o estágio supervisionado evidenciou a relevância da inspeção de produtos de origem animal para a proteção da saúde coletiva. A fiscalização sanitária contribui diretamente para redução de riscos associados ao consumo de alimentos contaminados, além de atuar na prevenção de zoonoses e na preservação ambiental[4].

As inconformidades observadas nos estabelecimentos fiscalizados demonstram a necessidade de maior investimento em capacitação técnica, adequação estrutural e implementação efetiva dos Programas de Autocontrole. Estudos apontam que falhas higiênico-sanitárias favorecem a contaminação microbiológica dos alimentos, aumentando os riscos de Doenças Transmitidas por Alimentos (DTAs)[5].

Nesse contexto, a atuação do médico veterinário ultrapassa a fiscalização sanitária, abrangendo também atividades educativas e preventivas relacionadas à Saúde Única[6]. A elaboração do folder educativo mostrou-se relevante como ferramenta de educação sanitária, permitindo aproximar informações técnicas da população consumidora de maneira simples e acessível.

A educação sanitária representa importante estratégia para conscientização da população acerca dos riscos relacionados ao consumo de produtos clandestinos e da necessidade de aquisição de alimentos inspecionados[7]. Dessa forma, ações educativas associadas à fiscalização fortalecem políticas públicas voltadas à segurança alimentar e à Saúde Pública.

Além disso, a elaboração do folder educativo demonstrou a relevância das ferramentas de comunicação visual na disseminação de informações em saúde pública. Segundo Paula e Carvalho[8], o folder caracteriza-se como um importante instrumento de educação em saúde, pois possibilita a transmissão rápida e objetiva de informações, utilizando linguagem acessível e elementos visuais que facilitam a compreensão do público-alvo. Nesse sentido, a utilização desse recurso educativo durante o estágio contribuiu para aproximar a população das informações relacionadas à inspeção sanitária de produtos de origem animal, incentivando práticas de consumo mais seguras e conscientes.

Outro aspecto relevante observado durante o estágio foi a relação entre a inspeção de produtos de origem animal e as políticas públicas de saúde previstas na legislação brasileira. A Lei nº 8.080/1990[9] estabelece que a alimentação constitui um dos fatores determinantes e condicionantes da saúde, incluindo entre as atribuições do Sistema Único de Saúde (SUS) a fiscalização e inspeção de alimentos. Paralelamente, a criação da Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado de Pernambuco, instituída pela Lei nº 15.919/2016[10], fortaleceu as ações de defesa sanitária animal e inspeção agropecuária no estado de Pernambuco, contribuindo para a promoção da Saúde Pública, segurança alimentar e proteção da Saúde Única.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado obrigatório realizado na Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado de Pernambuco proporcionou importante experiência prática na área de inspeção de produtos de origem animal, permitindo compreender a atuação do médico veterinário na promoção da saúde única.

As atividades desenvolvidas evidenciaram a importância da fiscalização sanitária na garantia da qualidade dos alimentos, prevenção de zoonoses e proteção da saúde da população. Além disso, a elaboração do folder educativo destacou o papel da educação

sanitária como ferramenta complementar às ações de inspeção e fiscalização.

A vivência contribuiu significativamente para a formação acadêmica e profissional, fortalecendo conhecimentos técnicos, senso crítico e responsabilidade social relacionados à medicina veterinária preventiva e à saúde pública.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Portaria nº 368, de 4 de setembro de 1997. Aprova o regulamento técnico sobre as condições higiênico-sanitárias e de boas práticas de fabricação para estabelecimentos elaboradores/industrializadores de alimentos. Diário Oficial da União. 1997 Sep 8.
2. Brasil. Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017. Regulamenta a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal (RIISPOA). Diário Oficial da União. 2017 Mar 30.
3. Organização Pan-Americana da Saúde. Saúde única: um enfoque integral para abordar as ameaças à saúde na interface homem-animal-ambiente. Washington (DC): OPAS; 2021.
4. Teixeira ACB, Silva AO, Sinis BL, Nolasco GS, Gonçalves TEC. Saúde única atestada pelo médico veterinário através da tecnologia e inspeção dos produtos de origem animal. 2019.
5. Campos FL, Moraes RC. Educação sanitária como prática de saúde em medicina veterinária. Inform Tec DDA. 2016;7(1):1-5.
6. Medeiros A. A importância da inspeção e fiscalização frente à segurança dos produtos de origem animal. Hig Aliment. 2021.
7. Soares AL, Neves EAO, Souza IF. A importância da educação sanitária no controle e prevenção ao Ascaris lumbricoides na infância. Cienc Biol Saude Unit. 2018;3(3):23-32.
8. Paula MANR, Carvalho AP. O gênero textual folder a serviço da educação ambiental. Rev Eletron Gest Educ Tecnol Ambient. 2014;18(2):982-989.
9. Brasil. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde. Diário Oficial da União. 1990 Sep 20.

10. Pernambuco. Lei nº 15.919, de 4 de novembro de 2016. Cria a Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado de Pernambuco (ADAGRO). Diário Oficial do Estado de Pernambuco. 2016 Nov 5.